

QUEM SÃO, ONDE ESTÃO E SOBRE O QUE PODEM FALAR AS GORDAS DE *DONNA*?

Interseccionalidade, Lugar de Fala e Empoderamento na Análise do Corpo
Gorde no Corpo Jornalístico da Revista *Donna*¹

Caroline Roveda Pilger
Doutora em Comunicação (UFRGS), Mestra em Processos e Manifestações Culturais e
Jornalista (Feevale)
carolpilger@gmail.com

Simpósio Temático nº 30 – PESQUISA GORDA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender de que modos o corpo jornalístico da revista *Donna* (Grupo RBS) configura os corpos das mulheres gordas e suas respectivas pautas levando em consideração os eixos interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento. O *corpus* quantitativo é composto por 366 textos e o qualitativo por 52 textos – em que há o protagonismo gorde – coletados entre 2016 e 2019. O quadro teórico-metodológico se organiza pelo jornalismo em conexão com feminismos, centrando em interseccionalidade (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019), lugar de fala (SPIVAK, 2010; KILOMBA, 2010; RIBEIRO, 2019) e empoderamento (SARDENBERG, 2018; BERTH, 2019). Realizamos um levantamento quantitativo com informações sobre as mulheres gordas interseccionalizadas por raça, classe, gênero, sexualidade, faixa etária, deficiência, tamanho e profissão. Também foram elencados os locais (editorias/seções) da revista em que elas puderam *existir* e sobre o que estavam autorizadas a *falar*, considerando eixos de opressão e privilégio. Levando em consideração a interseccionalidade, encontramos o que denominamos de “gorda adequada”, ou, “gorda light”, uma padronização do não padrão: são majoritariamente brancas, jovens, com corpos menores a médios, sem deficiência, modelos, reproduzindo o que já é naturalizado na revista. As narrativas oferecidas raramente preocupam-se com o entrecruzamento de eixos de opressão, universalizando as mulheres gordas e suas vivências. As gordas foram autorizadas a *existir*, primordialmente, na Coluna da jornalista e mulher gorda Thamires Tancredi, configurando uma liberdade demarcada pela revista, e não fazendo parte do cotidiano de *Donna*, já que aparecem esporadicamente. O empoderamento se deu, principalmente, pelo direito de acesso aos mundos da moda, mídia, beleza e consumo.

Palavras-chave: Mulheres gordas. Revista *Donna*. Interseccionalidade. Lugar de fala. Empoderamento.

Abstract

This work aims to understand how the journalistic scope of *Donna* magazine (Grupo RBS) configures the bodies of fat women and their agendas, taking into consideration the axes

intersectionality, place of speech, and empowerment. The quantitative corpus is composed of 366 texts and the qualitative consists of 52 texts – in which there is a fat protagonist – collected between the years 2016 to 2019. The theoretical basis is organized by journalism in connection with feminism, focusing on intersectionality (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019), place of speech (SPIVAK, 2010; KILOMBA, 2010; RIBEIRO, 2019), and empowerment (SARDENBERG, 2018; BERTH, 2019). We carried out a quantitative survey in which information was collected on fat women, classified and intersected by race, class, gender, sexuality, age group, disability, size and profession. The locations (editors/sections) of the magazine where they were able to exist and what they were authorized to talk about were also listed, considering axes of oppression and privilege. Taking into consideration intersectionality, we found what we call “appropriate fat”, or “light fat”, a standardization of the non-standard: they are mostly white, young, with smaller to medium bodies, without disabilities, models, reproducing what is already naturalized in the magazine. The narratives offered rarely worrying about the intersection of other identity matters, generalizing fat women and their experiences. The fat women could be seen, primarily, in the column of the journalist and fat woman Thamires Tancredi, configuring creative freedom demarcated by the magazine, and not part of *Donna's* daily life, as they appear sporadically. Empowerment takes place mainly through the right to access the world of fashion, media, beauty, and consumption.

Keywords: Fat women. *Donna* Magazine. Intersectionality. Place of speech. Empowerment.

Apresentando o cenário...

Figura 1 – Primeira capa de *Donna* com mulher gorda



Fonte: *Donna*, edição de 12 de fevereiro de 1995.

A frase estampada na imagem que inicia este artigo parece mais uma utopia. A protagonista da capa de *Donna* do ano de 1995, edição de 12 de fevereiro, é a jornalista gaúcha e mulher gorda maior Mauren Motta que, alguns anos mais tarde, em 1999, ficaria famosa no Rio Grande do Sul por apresentar o programa *Patrola*, da RBSTV, a principal emissora do

estado. Mauren foi destaque por ser a única apresentadora gorda do canal naquela época, evidenciando o apagamento dessas mulheres na mídia, característica que permanece até hoje na emissora e, de uma forma geral, na televisão brasileira.

A capa foi também a primeira em que *Donna* autorizou a presença de uma mulher gorda na história da revista. *Donna* foi lançada em 1993, primeiramente como um caderno do jornal *Zero Hora*, do Grupo RBS, junto ao qual, mesmo atualmente identificando-se como revista, permanece sendo vendida até hoje. A promessa da quebra de padrões hegemônicos de beleza, proposta pela vitrine dada à mulher gorda em 1995, inclinava as leitoras a acreditarem que o periódico se direcionaria, entre outros, para o investimento na inserção e visibilidade da diversidade feminina na revista. No entanto, o compromisso, que poderia ser qualificado como transgressor no início, acabou se tornando uma falácia na construção da trajetória da publicação.

Dados iniciais levantados em minha pesquisa de mapeamento da publicação ao longo de 26 anos não foram animadores. De 1993 até 2019 foram publicadas cerca de 1.300 edições da revista *Donna*. Deste número, apenas 41 vezes as mulheres gordas foram escolhidas como protagonistas das capas. Isso representa ocupar apenas 3% do espaço de privilégio com as “representantes oficiais” do *não-padrão* de beleza, esse que a revista disse ter acabado em 1995.

Nesse sentido, atualmente, como uma resposta à pressão estética e à invisibilidade da diversidade feminina na mídia, bem como à imposição de uma beleza irreal, encontramos transformações positivas, resultado das reivindicações incansáveis de várias frentes feministas ao longo dos anos, culminando em lutas e movimentações que caminham para a real desconstrução dos padrões hegemônicos estruturados, primordialmente, na branquitude, juventude e magreza. Neste cenário específico, percebemos um crescimento da visibilidade, disseminação e democratização dos feminismos e suas pluralidades, que ganharam reconfigurações oriundas do que algumas autoras apontam como uma “explosão” dos movimentos na contemporaneidade. Essa explosão é resultado da “volta” aos movimentos de rua, mas também da sua constituição e inserção de pautas nas redes sociais digitais (HOLLANDA, 2019). A demanda da representatividade da diversidade feminina nos mais variados espaços sociais marca a contemporaneidade, entre outras temáticas, principalmente em reivindicações que entendem o corpo como espaço político, bandeira de luta e plataforma de comunicação (BOGADO; HOLLANDA, 2019).

Essa “explosão” dos movimentos trouxe consigo uma pluralidade de vozes, de histórias e de protagonismos autônomos, com reivindicações da micropolítica advindas dos feminismos da diferença (HOLLANDA, 2019; BOGADO; HOLLANDA, 2019). Lutas caracterizadas pela busca de lugares de fala, pela renovação e intensificação das demandas da representatividade

de grupos identitários marginalizados pelo feminismo branco eurocêntrico, orientadas pela preocupação com interseccionalidade de raça, classe, sexualidade, gênero, deficiência, faixa etária, peso e tamanho e território, e em prol de um empoderamento coletivo.

As reivindicações plurais do campo da estética direcionaram luz aos corpos femininos diversos em suas mais variadas formas, tamanhos e cores, oferecendo lugar especial a um grupo de mulheres que praticamente não se veem na mídia: as gordas. A efervescência de grupos em defesa do amor-próprio culminou em movimentos nas redes sociais digitais que ofereceram relevante visibilidade para um termo até então sem muito protagonismo nas lutas feministas: a gordofobia, em campanhas com as *hashtags* #corpolivre, #belezanãotempadrão, #gordofobianãoepiada, entre outras.

O ativismo gorde proporcionou espaço para mulheres gordas também se tornarem influenciadoras digitais, com canais de discussão e problematização no *Youtube*, perfis no *Instagram* e *Facebook*. Os ativismos se configuram em algumas vertentes com influenciadoras que abordam o cuidado de si e amor-próprio, problematizam a estigmatização do corpo gorde e sua exclusão nos mais variados espaços sociais, bem como a falta de acessibilidade; e outras que se focam mais especialmente em dicas de moda e beleza, por exemplo.

Nesse sentido, nos últimos anos, a criação e ascensão de um mercado de moda para as mulheres gordas, denominado *plus size* – é estimulado por essa valorização da diversidade feminina que se insere na esfera da atual cultura do consumo e que percebe neste público específico uma potencial forma de lucrar. “Assim, a mulher gorda ganha visibilidade não mais sob a condição de doente, e sim sob a condição de consumidora.” (AIRES, 2019, p. 7). A visibilidade da mulher gorda como consumidora e a transformação do “corpo feminino gordo em *plus size*”, são compreendidas por Aliana Aires (2019, p. 7) como resultado de concepções neoliberais que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea e que transformam a mulher gorda também em produto, ou seja, em “mulher *plus size*”.

Acompanhando este cenário propício, a revista feminina (e marca) *Donna* apresentou no dia 13 de maio de 2017 uma campanha publicitária intitulada #SouDonnadeMim, construída para anunciar seu reposicionamento editorial e mercadológico focado na “diversidade feminina” e na representação das “mulheres reais”. A reformulação editorial teve como linha “inspirar a mulher do Rio Grande do Sul a ser a melhor versão de si mesma, provocando reflexões e traduzindo tendências e caminhos do universo feminino” (DONNA..., 2017, n.p). Notemos que apesar de propor a inserção da diversidade, continua se referindo a um “universo feminino”.

O mote adotado, tentando aproximação a aspectos dos movimentos feministas, foi estar “em sintonia com esse momento em que as mulheres se fazem ouvir e provocam o debate”, prometendo promover discussões e reflexões orientadas ao “empoderamento feminino”. Se colocando como uma “cúmplice da mulher contemporânea, *Donna* quer instigar a sororidade” (DONNA..., 2017, n.p).

O tripé teórico interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento, motivou alguns questionamentos a respeito da revista. Inspirada em Gayatri Spivak (2010), a primeira pergunta que realizei, foi: as mulheres gordas podem falar em *Donna*?. Se sim, e dessa vez amparada pelas reflexões propostas por Patricia Hill Collins (2019) e Grada Kilomba (2010), perguntei: quais os lugares que a revista permite que elas existam e sobre o que elas estão autorizadas a *falar*? Em que momentos o lugar de fala de mulher gorda implica na narrativa ou é motivo para a sua presença na revista? De que forma o lugar de fala opera como fator de invisibilização ou visibilização dessas mulheres no periódico?

Após, operando com a lente da interseccionalidade, indaguei: quem são as mulheres gordas de *Donna*? Como os marcadores de raça, classe, sexualidade, gênero, deficiência, tamanho, e idade atravessam seus corpos gordes? Quando e como esses marcadores sociais da diferença se configuram como eixos de opressão ou privilégio?

Essas questões iniciais sobre interseccionalidade e as inquietações apontadas no âmbito do lugar de fala se unem a outras, desta vez relativas ao empoderamento. A revista, em seu reposicionamento, evidencia o desejo de ser um veículo de empoderamento despertando as seguintes perguntas: como a revista compreende o empoderamento? Quais tipos de empoderamento são proporcionados pelas narrativas de *Donna* quando trata especificamente das mulheres gordas? Como sugere que ele seja alcançado?

Dessa forma, após todas essas problematizações e levando em consideração o período de reposicionamento editorial e mercadológico da revista, ocorrido no ano de 2017, no que tange à proposta de inserção da diversidade feminina nas produções do periódico, construí a questão problema se dá partir do seguinte questionamento: como o corpo jornalístico da revista *Donna* configura os corpos das mulheres gordas e suas respectivas pautas no entrecruzamento com os eixos interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento?

Interseccionalidade complexificando a forma de pensar as mulheres gordas

Problematizar a representação das mulheres nas narrativas midiáticas é um desafio dada a diversidade que esse grupo representa e implica ter a consciência de que esse pensamento deve ser atravessado por outras instâncias além do gênero e é justamente nesta problematização

que se insere a teoria e prática interseccional. Raça, classe, sexualidade, faixa etária, deficiência, geolocalização e profissão se unem ao gênero e o interseccionam na reflexão sobre as opressões sofridas. No entanto, aqui o desafio tem outra variação que o complexifica: pensamos sobre as mulheres gordas, ou seja, formato, tamanho e peso do corpo são considerados interseccionalidades importantes quando a gordofobia é analisada como forma de opressão estrutural.

O método interseccional nos dá ferramentas necessárias para complexificar as análises feitas a respeito das mulheres gordas. Refletir sobre as combinações de opressões que cada uma sofre, nos proporciona evidenciar como se organiza a hierarquia do espaço de visibilidade midiática oferecido a este grupo. Portanto, é importante perceber que tipo de mulher gorda é privilegiada na revista e quais mulheres gordas são destinadas (ainda mais) à “clandestinidade” e à invisibilidade.

O pensamento interseccional surge justamente para combater o que Kimberlé Crenshaw (2002) ressalta como “superinclusão” de apenas uma das estruturas na análise das sistemáticas das opressões, sem investigar outras estruturas. Dessa forma, a interseccionalidade proporciona um olhar complexificado e menos redutor das situações. No caso deste estudo, sem o olhar interseccional, as análises recairiam no grupo de mulheres gordas, pensando a gordofobia como algo que atinge a todas elas, da mesma forma. Porém, quando complexificamos, percebemos que os atravessamentos estéticos, referente aos tamanhos e formatos dos corpos, e de raça, por exemplo, irão gerar experiências de opressão distintas neste grupo que poderia parecer “homogêneo”.

Em termos da moda e mídia, uma gorda menor com cintura mais fina, pouca barriga e da cor branca, irá ter mais oportunidades de trabalho e visibilidade do que uma mulher gorda maior, e menos ainda, uma gorda maior negra. Em vestuário, uma gorda menor encontrará mais facilmente roupas para seu corpo. Para além da estética, isso se reflete em todas as instâncias da sociedade no que se refere a direitos básicos como cidadã: no transporte público, com cadeiras pequenas demais para seus corpos, com catracas em que não passam; na saúde, com macas que não suportam seu peso, aparelhos de exame em que não cabem. A análise interseccional permite, portanto, discutir gordofobia interseccionalizada por outras opressões.

Munidas desta metodologia, devemos compreender que o modo de vivenciar o gênero é múltiplo, não se trata de comparar, hierarquizar (LORDE, 2019), mas de perceber que as diferenças são relacionais e as matrizes de opressões também. Nenhuma poderá ser observada sozinha, todas devem estar em igualdade no foco analítico. Djamila Ribeiro (2019) alerta para um dos desafios principais da interseccionalidade no que tange à busca por emancipação,

relatando que ela só é possível quando realmente assumirmos e tratarmos das “diferenças dentro das diferenças”.

Lugar de fala denunciando as invisibilidades e visibilidades gordas

Aplicar a interseccionalidade pressupõe automaticamente abarcar lugar de fala. Nesse sentido, o pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) é fundamental para as reflexões. A autora propõe que lugar de fala é a ideia de que existe uma espécie de autorização discursiva que permite que uns tenham o “direito” à fala e outros não, tratando, dessa forma, de privilégios. Inserida na teoria pós-colonial, Spivak (2010) problematiza e desconstrói o que seriam os fundamentos de um conhecimento dominante, pensando o lugar de uma epistemologia produzida por grupos marginalizados. Ela, dessa forma, pensa sobre aqueles em que a humanidade não é reconhecida, aqueles que não tem direito à voz ou, como lembra Judith Butler (2000) quando pensa em corpos abjetos, aqueles que não importam para a sociedade, a exemplo dos corpos gordes.

Heloisa Buarque de Hollanda (2019) ressalta que o objetivo é romper com a mediação exercida, garantindo a autorrepresentação discursiva, protagonismo e fuga do silêncio, focando na voz dos sujeitos que historicamente foram discriminados pelos lugares de fala normatizados.

Outra contribuição extremamente importante é da pensadora Grada Kilomba (2010). Além de questionar quem pode falar, a autora ainda indaga sobre o que acontece quando os subalternos falam e sobre o que lhes é permitido falar – podem falar sobre tudo ou existem restrições –, bem como se o medo imposto pelo discurso de dominação não impõe limites aos silenciados que, muitas vezes, acabam concordando com o discurso hegemônico como forma de sobreviver. Os questionamentos feitos por Kilomba são extremamente importantes quando analisamos os lugares de fala ocupados pelas mulheres gordas na revista *Donna*. Elas são “ouvidas” só quando a pauta é sobre mulheres gordas? Sua imagem é associada somente às narrativas sobre moda *plus size*? Ou ao tema da autoestima?

Ribeiro (2019) complementa a ideia alertando que as narrativas do *Outro* automaticamente objetivam trazer conflitos que são necessários para o desmonte do discurso dominante e que conseqüentemente tragam mudanças sociais efetivas. Apesar de gerar desconforto, é extremamente importante que quem sempre foi autorizado a falar escute as vozes silenciadas historicamente.

A proposta de pensar lugar de fala é justamente pensar a “diversidade de experiências” com o intuito de combater a universalização. Neste sentido, pensar a gordofobia como opressão nos coloca diante de um coletivo de mulheres que podem falar deste lugar. Porém, dentro deste

lugar de fala de pessoa gorda, há atravessamentos interseccionais importantes que podem transformar a experiência para cada uma. Mas, apesar desses aspectos diversificados, há, também, condições sociais do próprio grupo que irão permitir ou restringir automaticamente oportunidades às mulheres que nele estão, pois pessoas que pertencem a determinados grupos sociais compartilham de experiências similares.

É importante esclarecer que o “falar” no lugar de fala não se restringe somente ao “ato de emitir palavras, mas a poder existir” (RIBEIRO, 2019, p. 64). Ser excluída da mídia, então, pode ser entendido como um reflexo da exclusão social. Experiências comuns do lugar social que ocupam impedem que as mulheres gordas acessem certos espaços e produzam nesses espaços.

Em busca do empoderamento coletivo

A palavra “empoderamento” também ganha relevância no momento atual dos feminismos, principalmente na internet. Por outro lado, a visibilidade do termo também propiciou o seu protagonismo e “fama” e a consequente cooptação pela mídia e mercado que o vendem como estratégia realizada “sobretudo por aqueles que almejam manter o *status quo* formador de acúmulos e desequilíbrios sociais.” (BERTH, 2019, p. 104).

Ressalta Cecília Sardenberg (2018, p. 18), que quando tratamos de empoderamento é possível focar em duas abordagens. A de viés liberal, que o compreende como um “instrumento para o desenvolvimento”; justamente, conforme a própria denominação expressa, esta vertente tem identificação com as conjecturas e ideias neoliberais. Nessa perspectiva, conforme Jorge Romano (2002), o empoderamento é conquistado pelo crescimento individual que se baseia na racionalização das ações de indivíduos que possuem interesses próprios.

Já por outro enfoque, é possível identificar a perspectiva do “empoderamento para a libertação”, cujo foco é nas relações de poder, visando um processo em que as mulheres conquistem autonomia e utilizem o empoderamento como instrumento de dismantelamento das opressões e estruturas patriarcais de dominação (SARDENBERG, 2015 *apud* SARDENBERG, 2018, p. 18). Essa abordagem, diferentemente da neoliberal, valoriza as ações, articulações e organizações coletivas entre as mulheres, porém, não menospreza a importância do empoderamento a nível pessoal.

Shirin Rai (2007) complementa o pensamento afirmando que se empoderar faz parte de um processo de consciência de que se tem direito de ter direitos e que a ação deve ser com o intuito de buscar mudanças nas estruturas opressoras com o objetivo de estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária.

Joice Berth (2019, p. 22) alerta ser imprescindível preocupar-nos com o tipo de poder de que estamos falando quando tratamos de empoderamento; devemos nos questionar a todo momento sobre os possíveis caminhos a trilhar socialmente e ter consciência das “falhas sistêmicas” do significado de poder atual, para focar no trabalho de subversão da lógica e não de sua simples inversão, com o oprimido ganhando poder e repetindo a sistemática do opressor, ou seja, não significa retirar o poder de um para dar ao outro.

Ou seja, o empoderamento diz respeito a um movimento de reconhecimento, primeiramente, das opressões sofridas em um processo que se inicia individualmente e se constrói coletivamente com a resistência, mobilização e luta por mudança. É importante mencionar que é necessário, mais do que apenas reconhecer as forças de poder que nos oprimem, agir em direção à desconstrução e à transformação da natureza dessas relações de poder existentes que marginalizam e excluem certos grupos.

É extremamente importante que percebamos que o empoderamento aborda sobre equidade e justiça social. Significa que grupos que estão na parcela dominadora ou opressora da sociedade, que sempre se utilizaram de recursos oriundos de opressões de grupos marginalizados, não terão mais esse direito, o direito de oprimir e de gozar dos direitos e privilégios advindos dessa opressão. Lembrando que se existem privilégios para algumas pessoas é porque existe a negação de direitos para outras.

Romano (2002) esclarece que a cooptação da noção de empoderamento pelo discurso dominante faz parte de práticas que têm como objetivo o assistencialismo e controle social dos grupos oprimidos com o intuito de bloquear a ascensão, transformação e visibilidade dos mesmos. Esse “auxílio” assistencial aos grupos marginalizados é uma maneira clara de lhes negar autonomia e, ao mesmo tempo, de garantir a dominação de um grupo sobre o outro, prática histórica que visa a um sempre precisar depender do outro, ou seja, funciona como instrumento de manutenção da ordem. Deste modo, não seria uma prática que busca a mudança revolucionária, mas sim um reformismo, com ações nada bruscas ou que estremeçam a ordem vigente ou retire de seus lugares os dominadores.

Processo metodológico: recorte do *corpus* para análise quantitativa e qualitativa

Neste estudo, analiso de forma sistemática e quantitativa um grupo de edições de *Donna* publicadas entre os anos de 2016 e 2019 e que corresponde ao período pré e pós-reposicionamento da revista. Este grupo formou o *corpus* de 172 revistas, que resultaram em 366 matérias selecionadas para o quantitativo e 52 textos para o qualitativo. Na parte quantitativa, utilizando a lente interseccional como método, analiso quem são as mulheres

gordas no que diz respeito a raça, classe, idade, tamanho, profissão, deficiência, sexualidade e gênero. A noção de lugar de fala é metodologia para encontrar os locais (editorias/seções) em que as gordas estão visibilizadas ou invisibilizadas.

Para a análise qualitativa, necessitei realizar um novo recorte no material quando me foco apenas nos espaços em que as mulheres e pautas gordas foram protagonistas – lembrando que no *corpus* quantitativo foram contabilizados quaisquer espaços com a presença de mulheres e pautas gordas, desde detalhes até uma figuração na imagem, por exemplo. Dessa forma, o número passou para 52, resultando em 14,2% de todo o material coletado. Sendo assim, neste recorte do *corpus* específico, estão: 24 *Colunas*; 13 *matérias* – distribuídas nas editorias de *Moda* (6); *Especial* (3); *Retrô* (2); *Gente* (1) e *Cinema* (1); 6 *Capas*; 9 *Reportagens/matérias de capa*. Importante deixar claro que apresento neste artigo apenas aspectos gerais encontrados neste grupo de 52 achados a respeito do tripé interseccionalidade-lugar de fala-empoderamento.

Análise quantitativa geral considerando interseccionalidade e lugar de fala

Quanto à comparação entre o número total de mulheres que aparecem nas 172 edições – tanto magras, não-magras e gordas – em relação ao número total somente de mulheres gordas, o desequilíbrio se evidencia quando a revista inseriu mais de 4 mil mulheres nas edições do período de 2016 a 2019, sendo destas, apenas 456 gordas. Portanto, entre as 456 mulheres encontradas há o seguinte padrão: 80,7% são brancas; 59,4% têm de 18 a 30 anos, seguidos de 31 a 40 com 13,8%; 69,4% são gordas menores a médias; 99,1% não têm deficiência aparente (4 gordas com deficiência foram visibilizadas, sendo uma delas com deficiência auditiva). Levando em consideração principalmente as intersecções entre gênero e capitalismo, atreladas à explosão do mercado de moda *plus size* e sua intensa visibilização midiática, a profissão que mais aparece é modelo. Muitas delas, além de modelos, são também influencers ou celebridades/famosas.

No que tange às intersecções de gênero e sexualidade, são raros os momentos em que foram demarcadas pela revista, tanto nas legitimações da sexualidade normativa quanto nos episódios de fissuras na cisheteronormatividade por corpos desviantes. Quanto à sexualidade, esta é evidenciada nas representações de relações afetivo-amorosas que se expressaram em apenas 2,5% do material (9 de 366); nestas, seis representaram casais héteros (66,7%) e três casais lésbicos (33,3%).

A editoria que mais apresenta mulheres e pautas gordas é a *Coluna*. É importante mencionar que as principais temáticas das produções da revista – mesmo nas editorias e seções que não são focadas exclusivamente em moda, trabalham majoritariamente, com assuntos

relacionados ao universo da moda e, principalmente, à segmentação deste universo com a moda *plus size*. A *Capa*, como já vimos, não é um espaço de significativa visibilização das mulheres gordas. Ao mesmo tempo, nas editorias de *Cultura/Livro/Cinema/Artes/Educação*, as mulheres gordas aparecem muito pouco, se configurando como um espaço de silenciamento/apagamento. Como o corpo gordo sofre depreciação que é consequência de uma valoração moral, também se torna um empecilho para a representação de uma referência intelectual e profissional, por exemplo, pois os sentidos construídos para as pessoas gordas tendem a não inspirar confiança ou ser sinônimo de “sucesso” legítimo, mesmo em áreas que não têm relação alguma com seu corpo físico. Concernente a isso, encontrei poucas referências do que a revista entende como profissionais gordas bem-sucedidas (para além da moda) que não fossem personalidades famosas e celebridades.

Se tratando da invisibilização, as editorias em que elas menos aparecem (apenas 4 dos 366 textos) são *Fitness/Dieta/Saúde e Beleza*, duas importantes seções da revista *Donna*, e historicamente referências tradicionais no universo de revistas femininas comerciais. É preciso lembrar do estigma que as mulheres gordas carregam como “donas” de um corpo doente, preguiçoso, incompetente e inapto para os esportes e exercícios. Essa marginalização advinda da gordofobia estrutural, recorrentemente naturalizada pelo discurso médico e da saúde, as exclui de espaços esportivos, portanto, as mesmas não são autorizadas a representar o segmento *fitness*, que significa corpos “em forma”, ágeis e leves. A exceção fica por conta das temáticas em que esse corpo é referido como algo a ser combatido, como na prescrição de dietas que pretendem transformar o corpo gordo em magre. Além do mais, a magreza em uma sociedade estruturada pela lipofobia e gordofobia, é sinônimo de saúde e beleza e a gordura, e o corpo gordo, de feiura e patologia. Assim sendo, há também a restrição para assumirem existência no campo da beleza, esse restrito a outros corpos. Ter o direito de se amar, se aceitar e se achar bela, não é o mesmo que ser legitimada como bela pela sociedade. *Donna* vende a promessa de beleza que pode ser conquistada por meio de procedimentos estéticos, exercícios e determinadas dietas que são o caminho para a conquista de determinado corpo bonito e saudável (leia-se magro, com músculos definidos). Inserir os corpos gordes nesses espaços é atestar o fracasso desses procedimentos e, conseqüentemente, invalidar as propostas e promessas que a revista faz. A seguir apresento as análises qualitativas do recorte escolhido para este artigo.

Quem são as protagonistas gordas de *Donna*? A interseccionalidade denunciando as visibilidades e os apagamentos

Como vimos, a interseccionalidade nos evidenciou que existe uma padronização na construção das mulheres gordas pela revista *Donna*. As intersecções que atravessam essas mulheres particulares, se estabelecem como eixos de privilégio, mesmo entre um coletivo marginalizado. Esses eixos de privilégio proporcionam visibilidades – e apagamentos – na revista e determinam alguns lugares específicos para essas mulheres nas narrativas.

Além disso, a interseccionalidade denuncia outro aspecto importante: além de padronizar fisicamente o corpo “não-padrão”, há uma padronização na maneira de retratar essas mulheres no que diz respeito a seus gostos, desejos, reivindicações e sofrimentos, vinculados, e unificados, não somente ao fato de “serem gordas”, como ao fato de “serem mulheres”, transparecendo estereótipos advindos do marcador gênero. Em vista disso, encontrei uma predominância na universalização das mulheres gordas, que em diversas ocasiões representam uma categoria absoluta: “a mulher gorda”, ou, “a mulher *plus size*”, no singular, entre outros adjetivos, correspondendo ao padrão físico descrito, mas também a padrões de comportamentos.

No entanto, mesmo quando *Donna* as pluraliza, “as gordas”, por exemplo, ou “as que vestem acima de 46”, e assim por diante, raramente oferece perspectiva interseccional, ou seja, a reflexão da existência de múltiplas vivências e atravessamentos que não possibilitam, apesar de existirem identificações de lugar de fala como coletivo, falar por todas as mulheres gordas da mesma maneira.

Essa universalização tem como fio condutor uma superinclusão (CRENSHAW, 2020) da gordofobia como eixo opressor em praticamente todas as narrativas presentes, a vinculando a realidades específicas, reivindicações específicas e reduções dos problemas sofridos por essas mulheres a determinados aspectos. A superinclusão é uma estratégia que proporciona um olhar descomplexificado e limitador das situações descritas em *Donna* quando dá luz a apenas uma das estruturas na análise sistemática das opressões sofridas pelas mulheres gordas. Os textos jornalísticos acabam por se focar no corpo acidentado (AKOTIRENE, 2019) pelos marcadores *peso e tamanho* – apenas evidenciando timidamente as intersecções dentro do próprio eixo, no que tange às diferentes experiências vividas por gordas menores e maiores, por exemplo, principalmente quanto ao acesso à moda e ao vestuário. Embora seja imprescindível a movimentação e esforço da revista em iluminar essa opressão em suas matérias, na maior parte dos casos, os textos não abordam o fato de as mulheres gordas possuírem corpos colididos por outras avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019) além do peso e tamanho, tão pouco há

reconhecimento e problematização dos privilégios oportunizados a alguns corpos gordes por raça, classe, gênero, faixa etária, não deficiência, profissão, o próprio tamanho, etc. Salvo exceções raras, que se configuram como uma fissura no padrão hegemônico da revista, em ocasiões em que as interseções de raça e peso/tamanho deixam rastros (Figura 2), por exemplo, ou em relação ao etarismo.

Figura 2 – Reportagem de capa #meucorpondeverão de 2019 iluminando intersecção de raça e tamanho



Fonte: *Donna*, edição de 26 e 27 de janeiro de 2019.

Em outros momentos, o que percebi é que há o registro de marcadores que não são sobrepostos, combinados, mas sim inseridos em categorias homogêneas estanques – como no caso de as mulheres gordas falarem apenas sobre gordofobia ou padrões de beleza, mulheres negras sobre racismo, mulheres com deficiência sobre a sua deficiência, e assim por diante. Há o tratamento de um estigma de cada vez, talvez tentando uma neutralização, que parece ser um engendramento propositalmente realizado, o qual é incapaz de oferecer a complexidade necessária para a narrativa. Esse aspecto revela certa falta de disposição em promover debates críticos aprofundados em *Donna*, salvo episódios fortuitos.

Logo, podemos pensar na construção de uma *mulher gorda genérica* que não fornece às leitoras a consciência da existência de desequilíbrios sociais por conta de embates de classe, por exemplo. Esse, por sinal, é um marcador que deixa rastros nas narrativas e ao mesmo tempo é invisibilizado nas problematizações que não sublinham desigualdades e negligenciam perspectivas diversificadas.

O estereótipo de classe é um eixo importante que contribui para essa universalização e padronização, e que colabora para o apagamento de corpos racializados de muitos espaços. Isto

posto, a análise sobre a interseccionalidade expõe a falta de cuidado com a multiplicidade de vivências dessas mulheres gordas, essencializando as formas de vida e sintetizando as suas experiências na revista. O feminismo decolonial combate essa universalização das mulheres, advinda da colonialidade de gênero (LUGONES, 2019), desconstruindo a possibilidade de “universo feminino”, e neste caso, um “universo *plus size*” ou “universo gorde”.

O olhar interseccional expõe o fato de que quando *Donna* quer representar mulheres gordas de sucesso, por exemplo, visibiliza majoritariamente brancas, com corpos menores e curvilíneos, modelos, e com alto poder aquisitivo. Aqui, raça e classe se configuram como eixos de privilégio ao enaltecer mulheres brancas e como opressão ao invisibilizar mulheres negras que não são exemplos de mulheres gordas de sucesso. Abaixo exemplos da *gorda genérica* de sucesso:

Figura 3 – Mulher gorda exemplo de “poder”



Fonte: *Donna*, edições de 13 e 14 de maio de 2017.

Figura 4 – Capa com a modelo Fluvia Lacerda



Fonte: *Donna*, edição de 11 e 12 de novembro de 2017.

Donna é organizada e produzida para uma classe social específica de mulheres, com alto poder aquisitivo, portanto, a “diversidade” e a “liberdade de ser quem se é” prometidas no reposicionamento, não estão direcionadas para todas, absolutamente. Destarte, problematizar a construção narrativa das mulheres gordas em *Donna* não pode ser feito sem se ter em mente que a sua identidade na contemporaneidade é validada, principalmente, por sua inserção no mercado e na moda e exercício ativo na cultura de consumo (AIRES, 2019). Esse aspecto já propõe que questões de classe são imprescindíveis para sua legitimação como uma mulher com direito de visibilização e certa valorização como destaque e sucesso na revista.

Elas saíram do armário? Descobrimos onde, quando e como *Donna* autoriza a fala das protagonistas gordas

Com lugar de fala descobri quais foram os lugares autorizados para a existência das mulheres gordas em *Donna* e sobre o que, majoritariamente, poderiam *falar*. Descobri não só as possíveis visibilidades, como os silenciamentos, consequência da estigmatização de seu lugar de fala, advindos de locais em que a autorização discursiva (SPIVAK, 2010) não permitiu a sua existência, aspecto muito importante. No entanto, foi preciso descobrir não somente os espaços ocupados e as temáticas abordadas, mas perceber em quais desses espaços essas mulheres gordas e os seus corpos gordes foram protagonistas, pois o interesse também incide na possibilidade de romper com o silenciamento do lugar de subalternidade e de fratura do lócus (LUGONES, 2019). Por isso, não basta ser inserida na revista, essa inserção deve oportunizar espaço para a fala, equidade e real visibilidade. Assim sendo, não é sempre que sua presença representa uma fissura, por vezes, ela é inserida de forma a adequar-se ao discurso e padronização dominantes, o que veremos nesta seção.

Constatei que o lugar de fala de mulher gorda motiva explicitamente a presença desses corpos em 60% das vezes em que são inseridos como protagonistas na revista. Dessa forma, neste recorte, o lugar de fala das mulheres gordas é associado, primordialmente, a dois caminhos distintos que se destacam e que caracterizam suas formas de reivindicação – quando acionadas –, as temáticas levantadas e a conquista do empoderamento. Por um lado, há a representação de um posicionamento político de resistência aos padrões impostos, atrelado a um lugar de fala crítico que complexifica as pautas levantadas, inserindo discussões para além da estética, por exemplo. Há a aposta na problematização das violências geradas pela marginalização e exclusão desses corpos no meio social, tratando da gordofobia de forma mais abrangente, impulsionando discussões sobre acessibilidade e a importância da representatividade coletiva. Aqui as mulheres assumem um lugar de fala de *mulher gorda*

aproximada de um ativismo gorde, uma *gorda ativista*, lembrando a apropriação da palavra e sua ressignificação na tentativa do distanciamento do estigma. Neste viés, o corpo gorde se configura como bandeira de luta, político, transgressor, mas também inadequado, estigmatizado e relacionado aos *feminismos da diferença*. Nesse espaço estão principalmente participações de influenciadoras ativistas ligadas às mídias alternativas e redes sociais.

Figura 5 – Exemplo gorda ativista/inadequada com capa de Alexandra Gurgel



Fonte: *Donna*, edição de 1 e 2 de dezembro de 2018.

Por outro lado, e ocupando maior destaque, há uma inserção das mulheres gordas relacionadas às reivindicações pelo direito de serem incluídas na sociedade de consumo, na mídia e na moda, com a celebração dos corpos ditos “fora dos padrões” – *gordes/plus size*. Isso se dá, principalmente, por meio do enaltecimento estético e da possibilidade de acessar um “mundo magro”, provando que podem realizar as “mesmas coisas” que as mulheres magras. Há o foco na autoestima e amor-próprio conquistados pela beleza, pela representatividade midiática, pelo acesso ao mercado, pela oportunidade de acesso a roupas com informação de moda para seus corpos. São ações guiadas por movimentações mais individuais e, apesar da celebração de um “orgulho *plus size*/orgulho gorde” e na desconstrução dos padrões de beleza, há um corpo gorde padronizado pela moda, mercado e mídia – um corpo midiático gorde. O que nomeio de uma *gorda adequada*, uma *gorda light*. Nesta categoria, as mulheres gordas assumem um lugar de fala de *mulher plus size* – nem gordas, nem magras, ou, “gordas magras” (AIRES, 2019), um produto da sociedade neoliberal relacionado, justamente, a um *feminismo de mercado* ou *feminismo neoliberal*. Aqui estão majoritariamente as modelos *plus size* –

famosas e não famosas – inseridas nas mídias de grande circulação e nas redes sociais digitais, em um universo e “estilo de vida *plus size*”, conquistado pela sua liberdade de ser bela, de consumir, de ter uma vida sexual e ter sucesso profissional (AIRES, 2019). Também estão as influenciadoras próximas do que o ativismo gorde denomina de “militância do lacre” (RANGEL, 2018), no entanto, prefiro denominar de *militância gorda light*.

Figura 6 – Exemplos gorda light/adequada em editoria Moda



Fonte: *Donna*, edições de 1 e 2 de julho de 2017; 28 e 29 de outubro de 2017 e 3 e 4 de fevereiro de 2018.

Obviamente que essas identidades não são impermeáveis e não foram pensadas com o intuito de reduzir ou estereotipar as vivências das mulheres gordas na revista, tampouco em um movimento maniqueísta em apropriações de “certo” e “errado”, “negativo” e “positivo”. Elas foram maneiras encontradas de assumir o que “saltou aos olhos” nas narrativas, focando nas principais recorrências. Atrelado a isso, algumas vezes houve um meio termo, quando há a problematização do cenário em que se está inserida, por exemplo, ou, ainda, uma mesma mulher gorda habitar as duas “configurações”, em momentos distintos. Esse “habitar entre”, transitar, se materializa no próprio corpo gorde da jornalista Thamires Tancredi, que assume, pelo menos, esses dois lugares em sua *Coluna* e nas produções da revista, já que é ela a responsável, quase exclusiva, pelas produções que têm a presença das mulheres e pautas gordas. Ela abre fissuras em várias ocasiões, mas, noutras, se adequa trazendo pautas mais próximas da regularidade do “mundo de *Donna*”. Reforçando, sua assinatura marca 80% das produções do *corpus*.

#Fatpower: o empoderamento de *Donna*

As formas como a revista *Donna* se posicionou e organizou seus conteúdos por conta do reposicionamento, sugerem que um dos pilares desta transformação seja, justamente, a promoção da diversidade e de um empoderamento feminino nas narrativas expressas no periódico. Em síntese, é possível inferir que, em linhas gerais, há um entendimento de um poder que pertence à esfera individual e a conquistas materiais, salvo algumas exceções. Há a exposição de termos que nos orientam para práticas já bastante naturalizadas em uma organização social neoliberalista que expõe valores masculinistas como o sucesso econômico, o poder, a liderança, a liberdade e autonomia individual.

Me restou descobrir, então, se este discurso é incorporado nas imagens e narrativas sobre as mulheres gordas compreendendo: que tipo de empoderamento é esse proporcionado pelas narrativas de *Donna* quando trata especificamente das mulheres gordas? Como sugere que ele seja alcançado? Qual mulher gorda pode se empoderar? As temáticas autorizadas, a maneira como são retratadas e os locais em que são posicionadas as mulheres gordas na revista *Donna* também são vestígios de como a revista compreende o seu empoderamento, que se expressa não somente pelas alternativas oferecidas, como pela maneira que ela representa as mulheres gordas “empoderadas”, ou mulheres gordas que ela considera “de sucesso”.

Uma primeira constatação importante deve ser feita: a universalização das mulheres gordas vista na seção inicial, foi base para pressupor uma ideia de uma *gorda genérica*, como abordei. Essa universalização – e redução de vivências – é premissa para que compreendamos que o empoderamento predominantemente oferecido por *Donna* tem, também, classe e raça demarcadas, deixando de lado a complexidade dos lugares sociais ocupados pelas mulheres gordas e seus marcadores de opressão ou privilégio.

Em vista disso, a segunda constatação primordial é a de que *Donna* compreende e representa, na maioria de suas narrativas e representações das mulheres gordas, um empoderamento que se estimula pela ideia de “poder” neoliberal, orientado por ações individuais que parecem não ter potencial de engajamento coletivo, vinculadas ao *feminismo de mercado*, colocando como “direitos básicos” das mulheres gordas questões que podem não fazer parte da realidade de muitas.

Como *Donna* aposta recorrentemente em uma mulher *gorda genérica*, ela também não demonstra preocupação com os atravessamentos de eixos de opressão no que tange às propostas de empoderamento das mulheres gordas, que ficam reduzidas a “escolhas” e ao “comando da própria história”. Essa ideia de autonomia é também uma ideia neoliberal de liberdade que é conquistada pela independência financeira dessas mulheres que, em muitos momentos, ocorre

pela sua inserção no mercado da moda *plus size*. O ser *donna de mim*, ou ser *donna* de diversas coisas, se materializa pela capacidade de se autogovernar economicamente.

Nesse sentido, as mulheres gordas de *Donna*, principalmente as que nomeei de *gordas adequadas* e *gordas light*, são empoderadas quando a revista aciona o seu acesso a quatro desses “direitos básicos”: mundos da moda, da mídia, da beleza e do consumo. A conquista do empoderamento tem base no sucesso e autoestima, esses, por sua vez, se concretizam por uma adequação estética e aos rituais de embelezamento do corpo, pelo poder aquisitivo e inserção no mercado de moda como potenciais consumidoras. Elas também são empoderadas quando podem consumir e assumir determinadas práticas da mesma forma que as mulheres magras.

Figura 7 – As gordas magras de Donna



Fonte: *Donna*, edições de 5 e 6 de outubro de 2016 e 14 e 15 de maio de 2016.

Esses aspectos são importantes para apreender como se dá a autorização da inserção das gordas na revista, pois tem relação direta com a compreensão de que a conquista da visibilidade das mulheres gordas é a conquista daquelas que conseguem legitimar, em certo grau, a “feminilidade” esperada e aceita socialmente. Essa adequação da mulher gorda ao mundo da beleza, às práticas de consumo, aos procedimentos estéticos, e à moda, deve ser muito bem demarcada. As mulheres gordas, especialmente as brancas, devem assumir esses atributos de forma muito comprometida, já que, apesar de brancas, lhe faltam no corpo as inscrições dos estereótipos da feminilidade, especialmente fornecida pela magreza, delicadeza, tamanho pequeno, leveza. *Donna* se apropria dessas estratégias para incluir gordas nos espaços da revista e oferecer-lhes o empoderamento trazido pela visibilidade midiática – não representatividade – que se dá pela autorização de *existir* (esporadicamente) na própria revista.

O direito à beleza, pelo viés do feminismo de mercado, é uma forma neoliberal de empoderar as mulheres gordas. Se ele é um direito baseado em estrutura de classe, a gorda que é empoderada é aquela que tem condições econômicas para adentrar neste mundo. Este empoderamento é mais próximo de “dar um poder” do que de “empoderar”, pois ele se destina a algumas poucas mulheres que podem alcançar esse “poder”.

Considerações (não) finais

Como as mulheres gordas estão inseridas para falar, predominantemente, sobre coisas que se adequam à revista, não há necessariamente um confronto significativo. Elas reivindicam por estar inclusas neste mundo, no qual a revista está inserida, e isso é confortável. Apesar de haver críticas aos padrões de beleza, elas estão ali “porque desejam”, segundo a revista, ser aceitas nesse sistema e, ainda mais, estão cumprindo os requisitos para serem aceitas e, paradoxalmente, celebradas por isso, mesmo quando se colocam como “contra os padrões”.

Em síntese, se as mulheres gordas são tratadas socialmente como subalternizadas e suas produções e vozes são silenciadas em muitos espaços sociais, por mais que em momentos pontuais sejam visibilizadas ou fissurem o lócus imposto, também são tratadas como subalternas por *Donna*. Mesmo não explicitando o preconceito e estigma direcionado às mulheres gordas, a sua visibilização e invisibilização em locais específicos, esclarece que a revista é um produto inserido em um cenário no qual a gordofobia estrutural organiza não só a sociedade, mas o próprio ordenamento da materialidade da revista e de seus conteúdos, que são rigidamente hierarquizados. Entendo que *Donna* raramente autoriza espaços para o aprofundamento e problematização de temas mais complexos relacionados às vivências das mulheres gordas e aos corpos gordes, confirmando um aspecto superficial e de aproximação ao entretenimento. Essas são características do jornalismo de revistas femininas de grande circulação, que se distanciam, recorrentemente, de um posicionamento crítico sobre o mundo, direcionando as mulheres para um “universo feminino”, propositalmente alienante.

A disposição jornalística da revista e sua hierarquia, espelhando a organização da sociedade, confere o lugar à margem para a existência das mulheres gordas (bem como para outras diferenças), lembrando que o jornalismo também é responsável pela circulação de discursos de poder sendo capaz de moldar algumas existências por meio de seus enquadramentos e estratégias de invisibilização. A perversidade dessas práticas jornalísticas, especialmente das revistas femininas, está em sua sutileza de “visibilizar invisibilizando”, “incluir excluindo”. Mesmo tratando de pautas específicas, em editoriais específicas, espera-se interseccionalidade do jornalismo.

De certa forma, há a redução dessas vivências e a sua espetacularização, as transformando em pautas jornalísticas. Essa espetacularização confere valor midiático e, por isso, ganha espaço no cotidiano de *Donna* em muitos momentos. Ou seja, uma mulher magra que se ama não é notícia, mas a gorda sim, porque nela recai o aspecto fenomenal, não natural, que para o jornalismo significa a construção de uma pauta interessante e chamativa.

Me encaminhando para finalizar, umas das questões relevantes que encontrei foi a evidência da importância do lugar de fala para a visibilidade das mulheres gordas como protagonistas em *Donna*, quando sua inserção dependeu, quase que exclusivamente, da presença da única jornalista gorda na equipe: Thamires Tancredi. Thamires foi responsável por 80% dos textos em que as mulheres e pautas gordas foram protagonistas, sem contar as produções que ela assinou e que não são pertencentes ao *corpus* qualitativo. Thamires representa uma fissura importante na revista.

Este fato nos confirma a importância da representatividade dentro das equipes jornalísticas. Quanto mais diversidade de produtores e comunicadores, mais diversidade nos artefatos midiáticos, mais representatividade e possibilidades de empoderamento por conta de um conteúdo produzido por grupos marginalizados, com outras perspectivas e olhares sensíveis, o que pretende, justamente, conquistar lugar de fala.

Referências

AIRES, Aliana Barbosa. **De gorda à plus size**: a produção biopolítica do corpo nas culturas do consumo – entre Brasil e EUA. 2019. 233f. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, SP, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOGADO, Maria. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista**- arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva, 2ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: Formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 270 -310.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 175, 2002.

DONNA lança novo posicionamento. **Grupo RBS**, 12 mai. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HQu7Z0>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: O grifo é meu. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista-** arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KILOMBA, Grada. **Plantarions Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2010.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 234-237.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

RAI, Shirin M. (Re)defining empowerment, measuring survival. In: RAI, Shirin M. **Workshop on empowerment: obstacles, flaws, achievements**, Canada: Carleton University, 2007.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados**. 2018. 162f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROMANO, Jorge. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

SARDENBERG, Cecília M B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹ Trabalho oriundo de recorte de minha tese de doutorado intitulada “As gordas saem do armário... e entram no closet: interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento na configuração das mulheres gordas pela revista *Donna*” orientada pelas professoras Dra. Ana Gruszynski e Dra. Nísia Martins do Rosário.